



PROJETO 5

SIMPLIFICA RN: MELHORIA DO AMBIENTE INSTITUCIONAL PARA EMPRESÁRIOS E INVESTIDORES

CONTEXTUALIZAÇÃO

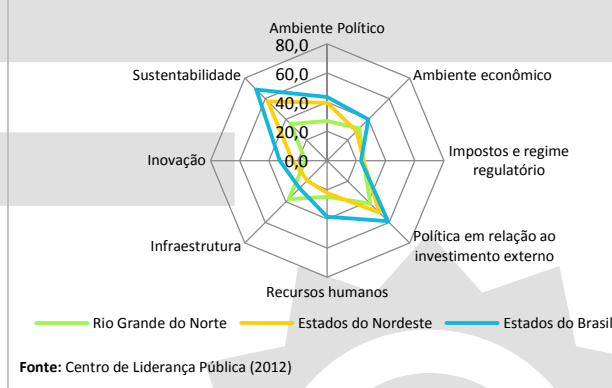
O dinamismo do ambiente de negócios possui dependência direta da regulação governamental. Países que possuem regras desburocratizadas e estáveis, apresentam melhores resultados econômicos. Fatores como número de procedimentos e tempo em dias para se abrir um negócio, número de taxas pagas anualmente e a porcentagem que essas taxas representam do lucro das empresas são alguns exemplos que podem provocar um entrave para o desenvolvimento econômico. Além da desburocratização, há ainda outras formas de incentivos para aumentar a competitividade, como o apoio aos Arranjos Produtivos Locais e a providência de infraestrutura necessária.

Desde o ano de 2002, o Banco Mundial realiza anualmente o ranking *Doing Business*, relacionando 189 países de acordo com a facilidade de se fazer negócios. São considerados os aspectos de “Abertura de Negócios”, “Permissão para Construção”, “Obtenção de Eletricidade”, “Registro de Propriedade”, “Obtenção de Crédito”, “Proteção à Investidores Minoritários”, “Pagamento de Taxas”, “Cumprimento de Contratos”, e “Resolução de Insolvências”. Em 2015, o Brasil ocupou a posição 120, enquanto Singapura, Nova Zelândia e Hong Kong, respectivamente, lideraram as 3 primeiras posições. Para se abrir um negócio no Brasil, leva-se em média 102,5 dias, com a exigência de 12 procedimentos. Comparativamente, nos membros da OCDE (organização internacional composta por países desenvolvidos, com elevado PIB per Capita e IDH) leva-se em média apenas 9,2 dias e 4,8 procedimentos.

Dado o contexto global e as características históricas brasileiras, destaca-se a relevância ainda maior que a desburocratização do ambiente de negócios assume nacionalmente. Governos estaduais que estabelecem incentivos para a dinâmica econômica ganham vantagem comparativa na atração de investimento privado em relação a outros estados. Esses investimentos são fundamentais para promoção do desenvolvimento, uma vez que aumentam o número de empregos e a renda per capita da região.

A avaliação do Índice de Competitividade, elaborado pelo Centro de Liderança Pública, em 2012, indicou dificuldades no ambiente de negócios do Rio Grande do Norte. O estado ocupou a 21ª posição no ranking do Brasil, e a 7ª no ranking do Nordeste. Nos aspectos “Inovação”, “Política em Relação ao Investimento Externo” e “Sustentabilidade”, apresenta resultados inferiores ao Brasil e Nordeste. Apesar disso, supera a média brasileira em “Infraestrutura” e iguala em “Impostos e Regime Regulatório”. Em comparação com o Nordeste, é superior em “Infraestrutura” e fica pouco à frente em “Ambiente Econômico”.

Figura 10. Índice de Competitividade



Fonte: Centro de Liderança Pública (2012)

Além disso, a avaliação das iniciativas de fomento do estado indica que o Rio Grande do Norte foi o Estado que apresentou o menor valor de renúncia fiscal na LDO (COTEPE) em relação à receita em 2012, representando apenas 6,7% da receita de ICMS. Ambos Estados vizinhos – Ceará e Paraíba – cederam o equivalente à 13,7% e 18%, respectivamente.

No que diz respeito à promoção de negócios, o mais provável é que Rio Grande do Norte continue a enfrentar acirrada concorrência por investimentos públicos e privados, especialmente com os Estados do Ceará e Pernambuco, que também ampliarão seus esforços de promoção de investimentos estruturantes e empreendimentos produtivos, seja por meio de incentivos fiscais ou por ganhos de competitividade sistêmica. Independente da estratégia adotada, a forte concorrência regional é certa para os principais setores instalados no Estado. Em resumo, é um ambiente de negócios pouco atraente e com muitas barreiras burocráticas ou regulatórias, desestimulando investidores. Portanto, torna-se urgente a implantação de um projeto com foco na melhoria do ambiente de negócios.

OBJETIVO

Melhoria da competitividade e do ambiente de negócios do estado do Rio Grande do Norte, com foco na desburocratização para atrair investimentos, através da simplificação das obrigações acessórias e racionalização tributária, transparência no contencioso administrativo-tributário e estabilidade das regras que interferem nos negócios.

PÚBLICO ALVO

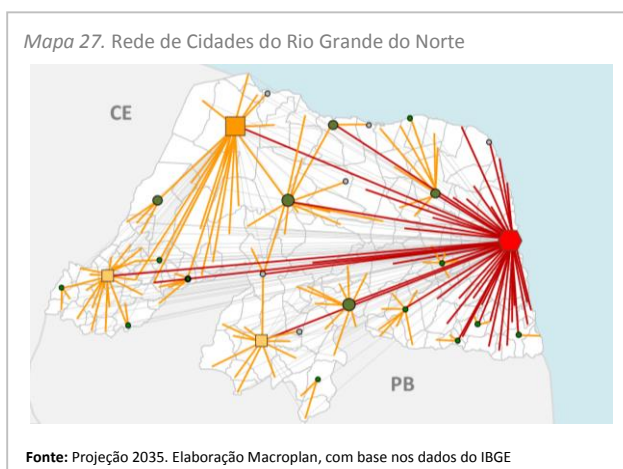
Empresários atuais dos 45.263¹ estabelecimentos do Rio Grande do Norte e empresários potenciais que desejam investir futuramente no Estado.

META INDICATIVA DE RESULTADO

INDICADOR	PARTIDA	2035
Elevar a nota geral obtida no Índice de Competitividade do Centro de Liderança Pública	29,7 ⁷²	58,8

FOCALIZAÇÃO TERRITORIAL

Todo o território do estado do Rio Grande do Norte, com concentração de maior esforço e foco das ações em Natal e nas cidades polo: Mossoró, Caicó, Pau Dos Ferros, Assu, Currais Novos, João Câmara, Macau e Apodi.



PRINCIPAL INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico (SEDEC).

PARTES INTERESSADAS

Secretarias de Estado do Desenvolvimento Econômico (SEDEC), Secretaria de Estado da Tributação (SET), Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças (SEPLAN), Secretaria de Estado de Infraestrutura (SIN), Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos (SEARH), Secretaria de Estado e da Cultura (SEEC), Prefeituras Municipais, Associações Comerciais, Junta Comercial e Federação de Empresas do Rio Grande do Norte.

ESCOPO E LINHAS DE AÇÃO PROPOSTAS

- Aperfeiçoar e detalhar a política industrial do estado visando a promoção ativa do desenvolvimento econômico e das potencialidades;
- Ampliar esforços de desburocratização e melhoria do ambiente de negócios, para atração e manutenção de novas empresas no território, respeitando o equilíbrio fiscal;
- Constituir agenda estratégica compartilhada entre setor público e privado para um novo ambiente econômico;
- Promover a integração de ações da Junta Comercial com os órgãos de Licenciamento;

- Promover os setores com potencial de desenvolvimento, atraindo e estimulando a instalação de empresas industriais e produtoras de equipamentos;
- Promover apoio a investidores, atendimento a delegações estrangeiras e missões ao exterior;
- Impulsionar a absorção e geração de inovações por meio do desenvolvimento e da atração de centros de P&D;
- Apoiar as ações de empreendedorismo de base tecnológica e atrair empresas de perfil inovador;
- Aperfeiçoar a infraestrutura a logística de transporte, telecomunicações, abastecimento de água e energia;
- Ampliar o apoio ao crescimento de MPEs no estado, expandindo os programas de formação em gestão de negócios e inovação;
- Promover o aumento da produtividade, mediante formação e qualificação dos trabalhadores e implementação de novas tecnologias;
- Promover o desenvolvimento da indústria local e do adensamento das cadeias.

RELAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS PARA REFERÊNCIA

- Projeto Estruturador Descomplicar, Minas Gerais
Com o objetivo de aumentar a competitividade das pequenas e médias empresas do estado o governo criou um modelo simplificado de abertura de empresas denominado “Minas Fácil” e investiu em ações voltadas para a simplificação das relações entre o Estado e o Cidadão e o próprio Estado.
- Programa Juro Zero, Santa Catarina
Linha de crédito específica para micro e pequenos empresários (Juro Zero), visando incentivar a formalização e garantir maior estabilidade ao micro e pequeno empresário. Além disso, durante esse período o empreendedor conta com orientação de agentes de desenvolvimento e inovação sobre como gerir seu negócio.
- Dados Abertos, EUA
Criação do site data.gov pela administração federal dos EUA, que tem a função de ser um repositório de bancos de dados oficiais completos, primários e atuais, que permitem processamento automático, visando promover o desenvolvimento de serviços e aplicativos on-line de utilidade pública por terceiros.

⁷² 2012